

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

**Nome:** João Paulo dos Passos-Santos

**E-mail:** joao.santos@ifpr.edu.br

**Instituição:** Instituto Federal do Paraná, Brasil

**Submetido:** 17/01/2022

**Aprovado:** 28/01/2022

**Publicado:** 09/04/2024

**doi** 10.20396/rho.v24i00.8668131

**e-Location:** e024001

**ISSN:** 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

PASSOS-SANTOS, João Paulo dos; HEROLD JÚNIOR, Carlos. História do autismo na Viena Nazista de Hans Asperger: da educação curativa à eutanásia infantil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. e024001, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8668131.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8668131>. Acesso em: 9 abr. 2024.

SHEFFER, E. **Crianças de Asperger:** as origens do autismo na Viena nazista. Tradução de Alessandra Bonruquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

## HISTÓRIA DO AUTISMO NA VIENA NAZISTA DE HANS ASPERGER: DA EDUCAÇÃO CURATIVA À EUTANÁSIA INFANTIL

  **João Paulo dos Passos-Santos\***  
Instituto Federal do Paraná

  **Carlos Herold Junior\*\***  
Universidade Estadual de Maringá

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



A historiadora norte-americana Edith Sheffer é especialista em História da Alemanha e Europa Central, pesquisadora e membro sênior da Universidade da Califórnia, Berkeley. A autora de *Burned Bridge: How East and West Germans Made the Iron Curtain* (Ponte Queimada: Como os alemães orientais e ocidentais fizeram a cortina de ferro) também é conhecida pelo método de ensino “Criando Vidas”, em que discentes criam uma personalidade histórica fictícia ao longo de um semestre, ao formar e observar essa possível trajetória de vida em registros diários e semanais.

Aqui resenhamos “Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena Nazista” (*Asperger's Children: The Origins Of Autism In Nazi Vienna*), que é organizado em dez capítulos.

O livro apresenta uma leitura instigante durante suas 240 páginas. A autora cria um envolvimento com seus leitores, como se estivéssemos em uma cena de suspense ou nos observando dentro do período histórico em que se conhece o desfecho; salvos detalhes que são mostrados como fundamentais para o entendimento pleno das narrativas em curso. Na obra são contadas diversas histórias de perseguições e algumas vezes de aniquilação de crianças, adolescentes e jovens nos reformatórios de Viena.

No capítulo 1, intitulado “Entram os especialistas”, a autora contextualiza a vida de Hans Asperger, explicando que ele recebeu educação conservadora e era simpatizante de tal postura educacional. Sheffer descreve em suas análises que Asperger se via como possuidor de habilidades especiais para o estudo da mente infantil. Enquanto rapaz, ele “[...] era socialmente desajeitado, frio e distante. Hoje, as pessoas debatem se tinha Asperger, ou seja, se apresentava traços da síndrome que mais tarde levaria seu nome” (Sheffer, 2019, p. 25). A mudança de Asperger do interior da Áustria à capital Viena para estudar medicina aos 19 anos deu-se em meio às diversas crises sociais, econômicas e políticas na cidade, derivadas da insatisfação e pessimismo que o país enfrentava por consequência da derrota na 1ª Guerra Mundial.

Dentre as mudanças propostas por lideranças políticas autointituladas socialistas, estava a educação curativa “*Heilpädagogik*”<sup>1</sup>, projeto vinculado, especialmente, ao Hospital Infantil da Universidade de Viena. Essa perspectiva “[...] considera todos os aspectos da saúde, da psique e das circunstâncias familiares da criança [...]” (Sheffer, 2019, p. 31). Nesse contexto, as crianças eram avaliadas e rotuladas para que o projeto higienista de melhora ambiental de Viena fosse continuado. Todavia, com a entrada do chefe da pediatria Franz Hamburguer - apoiador do partido alemão nazista - que demonstrava atitude anticientífica, os ideais foram voltados à utilidade social. Ele também “[...] purgou muitos judeus e médicos liberais [...]” (Sheffer, 2019, p. 39) e reordenou a equipe do hospital, priorizando o caráter que julgava adequado acima da qualificação intelectual. Nesse contexto, Asperger é contratado aos 25 anos para compor o quadro de médicos em razão das “[...] sólidas credenciais de extrema direita e era membro de várias organizações antiliberais, antissocialistas, antimodernistas e antisemitas [...]” (Sheffer, 2019, p. 43).

O capítulo 2, intitulado “O diagnóstico da clínica”, é iniciado explicando como a clínica de educação curativa - antes da anexação austríaca à Alemanha nazista - prezava pelo bem-estar das crianças e adolescentes, sendo iniciada essa postura desde a avaliação de ingresso e permanência, fato que possuía um caráter inovador e integral, contraditoriamente aos testes padronizados. Nesse sentido, antes da entrada de Asperger “[...] as enfermeiras e os médicos do departamento haviam usado o termo ‘autístico’ na década de 1930, mas não consideravam uma patologia e usavam linguagem não normativa para descrevê-lo” (Sheffer, 2019, p. 49, grifo da autora). Todavia, Asperger ao escrever sobre as crianças autistas, reportava-se a fins utilitaristas e de valor social, demonstrando forte relação com os ideários da psiquiatria infantil nazista.

Outro ponto de atenção no capítulo se direciona à saída da equipe da clínica, haja vista que vários componentes eram judeus e o antissemitismo era crescente na Áustria. A autora identifica a relação de alguns desses médicos austríacos com Leo Kanner<sup>2</sup> que abriu precedentes para possíveis diálogos da educação curativa com o psiquiatra norte-americano.

O vocábulo alemão “*Volk*”, que significa “povo”, é um conceito amplamente apresentado no capítulo “Psiquiatria nazista e o espírito social”, ficando entendido que o espírito social de integração à nação que compunha o estado nazista era muito importante àquela conjuntura, para a qual a psiquiatria era vista como importante. Outro termo constitutivo daquele contexto e trabalhado neste capítulo é o “*Gemüt*”, com a conotação que lhe foi atribuída: “[...] capacidade fundamental de formar laços profundos com outras pessoas. A palavra tinha conotações metafísicas e sociais. Um bom *Gemüt* era essencial para o valor de alguém como indivíduo e para a saúde do *Volk*” (Sheffer, 2019, p. 64, grifo da autora).

Nesse contexto, o conceito de autismo foi sendo constituído e tais características eram quase inaceitáveis, pois essas pessoas não se integrariam ao *Volk* por serem frios e sem *Gemüt*. A autora reflete sobre contradições nos pensamentos de Asperger antes e depois da anexação da Áustria à Alemanha nazista, tendo em vista que, em seus estudos anteriores ele indicava que cada criança era um ser único e não deveria receber um diagnóstico padronizado. Ademais categorizou as crianças com autismo como “psicopatas autistas”, já que o *self* (*autos*) delas é confinado e não possibilita interações externas. A autora sugere que a relação com os nazistas “[...] levava consigo ideais sobre como ser” (Sheffer, 2019, p. 75, grifo da autora).

Com ideários eugenistas cada vez mais presentes na Áustria e Asperger colaborando com tais pensamentos e ações, ele chegou a retratar as crianças e jovens com deficiência como lixo por não serem produtivas, fatos indicados no capítulo “Indexando Vidas”. Por conta disso, famílias consideradas inapropriadas - biologicamente e economicamente - foram forçadas à esterilização, e crianças com deficiência ou com dificuldades para serem integradas à comunidade foram rotuladas de “associais”, começando também pelos indicativos para “tratamento” ou “eliminação”. A pesquisadora também indica que a boa

fama de Asperger, talvez, tenha se dado por ele ser o único médico de sua equipe a não se associar ao partido nazista, fato que não o exime de culpa.

O capítulo 5, “Teorias fatais” inicia com o caso de eutanásia infantil de Gerhard Kretschmar, um menino de cinco meses, cego e com má formação. Entretanto, Sheffer adverte que não se pode denominar de eutanásia uma prática que mata pessoas que ainda gozam de saúde. Mas, para os ideários nazistas, quem fosse improdutivo era um peso econômico para o Reich e precisava ser eliminado.

Nesse ínterim, o programa de assassinatos, denominado T4, autorizou a morte dos adultos internados em hospícios e hospitais. Quando ele foi expandido houve a introdução das câmaras de gás. Após o assassinato de 7.500 internos adultos do hospício Steinhof, entre 1940 e 1945 nas câmaras de gás, houve aumento de espaço na instituição, fato que possibilitou a criação do Instituto Municipal de Bem-Estar Juvenil *Spiegelgrund*, em 25 de agosto de 1940 para abrigar crianças e adolescentes e, “[...] ao menos 789 crianças morreram lá durante o Terceiro Reich [...]” (Sheffer, 2019, p. 95). Geralmente, os laudos médicos indicavam pneumonia “[...] as crianças perdiam peso, tinham febre e ficavam suscetíveis a infecções [...]” (Sheffer, 2019, p. 95), isso ocorria porque a morte deveria parecer natural, para isso eram administradas injeções de barbitúricos cotidianamente nos internos.

O programa de assassinatos foi se consolidando como uma diretriz das políticas de saúde austríacas e como forma de eliminação das crianças que apresentavam algum tipo de deficiência (capítulo 6: Asperger e o sistema de assassinatos). Os psiquiatras infantis elaboravam estudos científicos para comprovar a necessidade de recomendarem institucionalização ou mesmo a morte das crianças, justificando que elas tinham “[...] vida indigna de ser vivida” (Sheffer, 2019, p. 120). Nesse sentido, o número de mortes aumentou no *Spiegelgrund* e “[...] Asperger enviava crianças para as instituições infantis de Viena com diagnósticos altamente desfavoráveis [...]” (Sheffer, 2019, p. 134), ele “[...] examinou pessoalmente muitas delas, tocando seus corpos e conversando com elas. A maneira como ele e sua equipe julgavam as crianças e decidiam seus destinos era um processo formidável e perigoso” (Sheffer, 2019, p. 138)<sup>3</sup>.

No capítulo 7 “Meninos e meninas”, Sheffer estudou dados da pesquisa de pós-doutorado de Asperger, relacionando-os às diferentes posturas dele em relação às questões de gênero. Como já mencionado, o médico recebeu uma educação conservadora. Portanto, homens e mulheres possuíam um papel social pré-estabelecido. Ao se reportar às meninas com comportamentos inadequados, as características do autismo não eram cogitadas, pois ele associava isso às questões hormonais e à aprendizagem para exercer a futura vida privada de esposa. No entanto, aos meninos “[...] era o comportamento escolar que mais importava” (Sheffer, 2019, p. 145).

Outro ponto destacado foi o fator socioeconômico, porque em suas descrições havia solução apenas aos meninos ricos, aos quais ele se dedicava de forma mais intensa para descobrir áreas de interesse, relatando na maioria inteligência acima da média, pois “[...] na

verdade, psicopatia autista poderia ser resultado da educação de classes superiores [...]” (Sheffer, 2019, p. 148). Diante do exposto, a reflexão que surge é que Asperger estava de fato adaptado aos ideários do nazismo, não apenas pela educação que recebeu, como também pelas suas aspirações de ascensão na carreira.

A pesquisadora destaca que nessa perspectiva, as crianças eram apenas números para o *Volk*, porque nas avaliações “[...] ele foi inequívoco sobre as crianças que considerava mais deficientes: elas tinham pouco valor social [...]” (Sheffer, 2019, p. 168), e, por isso, podiam ser assassinadas.

O capítulo 8 “A vida cotidiana da morte” traz os relatos de crianças sobreviventes ao *Spiegelgrund*, e neles são fornecidos detalhes a respeito da vida cotidiana naquele contexto de morte. A autora analisa que “*Spiegelgrund* era o segundo maior centro de assassinatos do Reich; apresentava a mais alta taxa de mortes e treinava equipes de assassinato para outras “[...] alas de crianças especiais” (Sheffer, 2019, p. 169, grifo nosso)<sup>4</sup>. Nesse sentido, até mesmo crianças sem algum tipo de deficiência, as consideradas crianças “irremediáveis” não podiam ser integradas à comunidade (Sheffer, 2019, p. 170), ou seja, havia indicativo de extermínio. Outra análise sobre os fatos ocorridos é que “[...] a mesma instituição progressista que tentava cuidar de crianças negligenciadas pelo sistema agora as condenava por não se encaixarem no sistema [...]” (Sheffer, 2019, p. 171), e a maioria delas era pobre, mas também havia famílias que podiam cuidar delas, porém as viam como um problema, logo, as preferiam mortas. Em alguns casos, existiam familiares que desejavam apenas cuidados especializados aos filhos com deficiência física, porém cognitivo preservado e, mesmo assim, eram assassinadas por serem um peso ao estado nazista.

As definições do autismo traziam as diversas faces do nazismo: ou se estava imerso na comunidade ou extinto dela. Diante disso, o capítulo 9 traça uma linha temporal e realiza análises a respeito da relação de Asperger com o estado nazista e as consequências disso à conceituação que ele fizera sobre o autismo. Nesse sentido, de 1938 a 1944, os estudos que Asperger elaborou sobre o diagnóstico do autismo pareciam tão imersos aos ideários do *Volk* “[...] que pode parecer resultado de suas circunstâncias imediatas, e não da evolução da pesquisa autônoma do pensamento independente” (Sheffer, 2019, p. 208).

O acerto de contas com alguns dos adeptos aos ideários nazistas após a queda do Terceiro Reich é o tema do capítulo 10. Sheffer inicia contextualizando a invasão do exército soviético e as mudanças estruturais em Viena, condicionadas a um clima aterrorizante. Nos escritos, a autora narra como alguns dos sobreviventes do *Spiegelgrund* continuaram suas vidas, sendo que a maioria vivia o assombro do medo que vivenciou, e a minoria tentou viver como se esse período de sua vida nunca tivesse existido.

Alguns dos assassinos convictos foram levados aos tribunais e condenados, mas Asperger nem mesmo foi julgado. Ele escreveu o livro didático que se tornou um *best seller* na área da educação especial *Heilpädagogik* (educação curativa). Entretanto, “em seu artigo de 1975, “A criança moribunda”, Asperger também escreveu que o médico deveria “[...]”

servir na morte” (Sheffer, 2019, p. 218). Tal escrito, mesmo décadas após o término da 2ª Guerra Mundial, não deixou claro o que ele denominou de “eutanásia ativa” e o “servir na morte”, e se isso teve relação com os assassinatos que auxiliou, nem se houve alguma tentativa de reparar tais fatos.

Ao ler a obra é possível perceber em uma história recente como a pessoa com deficiência foi negligenciada por não ser considerada produtiva, fato que não ocorreu apenas na realidade do nazismo, mas acompanha essas pessoas desde sempre. Hoje, a temática é pauta constante de agendas políticas e discussões sociais, como forma de garantir a inclusão social desses indivíduos. Logo, o estudo desse livro corrobora com as dimensões históricas da educação especial, para promover a percepção do extremo ao qual a humanidade pôde chegar no tratamento relacionado às pessoas consideradas diferentes da maioria.

As pessoas com autismo são um exemplo claro e atual para se pensar de maneira crítica sobre integração e/ou inclusão social, pois, há uma busca incessante da causa do transtorno e da descoberta de uma cura, secundarizando o fato de que as pesquisas devem atentar-se que cada ser humano é único, tendo necessidades especiais ou não. No livro, Edith Sheffer evidencia que essa consideração era algo que os princípios da educação curativa austríaca defendiam antes da anexação à Alemanha nazista.

## **REFERÊNCIA**

MOURÃO, P. C. Educação Terapêutica (pedagogia curativa) ou Terapia Social? **Federação de Educação Terapêutica e Terapia Social**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3LL7vIf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SHEFFER, E. **Crianças de Asperger**: as origens do autismo na Viena nazista. Tradução de Alessandra Bonruquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

## **AUTORIA:**

\* Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professor de Educação Especial do Instituto Federal do Paraná. Contato: joao.santos@ifpr.edu.br

\*\* Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professor associado, Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. Contato: chjunior@uem.br

## **COMO CITAR ABNT:**

PASSOS-SANTOS, João Paulo dos; HEROLD JÚNIOR, Carlos. História do autismo na Viena Nazista de Hans Asperger: da educação curativa à eutanásia infantil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. e024001, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8668131. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8668131>. Acesso em: 9 abr. 2024.

## Notas

---

<sup>1</sup> Termo criado por Rudolf Steiner, idealizador da antroposofia, e utilizado até hoje em vários países, a palavra “*Heilpädagogik*” foi traduzida pela primeira vez para o português por uma médica na década de 1970 como “Pedagogia Terapêutica”. Algum tempo depois, surgiu a tradução literal do alemão “Pedagogia Curativa”, que permaneceu e é comumente utilizada até hoje para designar o trabalho desenvolvido com pessoas com deficiência em geral, sob orientação antroposófica. No Brasil, após discussões a respeito do tema pelo órgão responsável, chegou-se às nomenclaturas “Educação Terapêutica e Terapia Social” (Mourão, 2019, p. 1-2).

<sup>2</sup> Fundador da psiquiatria infantil norte americana.

<sup>3</sup> A autora indica “formidável” para explicar a capacidade dos médicos em planejar as ações, mas não defende os procedimentos em suas análises.

<sup>4</sup> A citação mantém a forma que está escrita no texto “crianças especiais”, mas os autores deste texto entendem que a forma adequada é “crianças com necessidades especiais” ou “crianças com deficiência”.